

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**

**PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

**ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÕES**

**CURSO DE DIREITO**

**NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA**

**COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO**

**A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL E O AMPARO DO ESTADO DE DIREITO**

ORIENTANDO (A): NICOLE CARVALHO PEREIRA

ORIENTADOR (A): PROF. (A): MIRIAM MOEMA DE CASTRO MACHADO RORIZ

**GOIÂNIA-GO**

**2023**

NICOLE CARVALHO PEREIRA

**A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL E O AMPARO DO ESTADO DE DIREITO**

Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso II, da Escola de Direito , Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás Prof. (a) Orientador (a): Miriam Moema de Castro Machado Roriz

**GOIÂNIA-GO**

**2023**

NICOLE CARVALHO PEREIRA

**A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL E O AMPARO DO ESTADO DE DIREITO**

Data da Defesa: \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.ª. Miriam Moema De Castro Machado Roriz Nota:

Examinadora Convidada(o): Nota:

**AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha vó de criação, Wanda, que já não se encontra entre nós, por me acolher como família e ter me concedido oportunidades que não seriam possíveis sem a presença e intervenção dela.

**Sumário**

[RESUMO 6](#_Toc135758118)

[ABSTRACT 6](#_Toc135758119)

[INTRODUÇÃO 7](#_Toc135758120)

[1. OS ABUSOS SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES 8](#_Toc135758121)

[1.1 CONCEITO DE VIOLÊNCIA SEXUAL 8](#_Toc135758122)

[1.2.1 ESTUDOS SOBRE AS CAUSAS DE ABUSOS SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS/ADOLESCENTES NO BRASIL 8](#_Toc135758123)

[1.2.2 GRÁFICOS E ESTÁTISTICAS 9](#_Toc135758124)

[2. DA PREVISÃO LEGAL CONTRA A VIOLÊNCIA SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES. 11](#_Toc135758125)

[2.1 LEGISLAÇÃO PERTINENTE 11](#_Toc135758126)

[3 INSTITUTOS GOVERNAMENTAIS DE COMBATE À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. 12](#_Toc135758127)

[3.1 FUNCIONAMENTO DOS ORGÃOS GOVERNAMENTAIS 12](#_Toc135758128)

[3.2 OUTROS PROJETOS LEGISLATIVOS PARA O COMBATE 13](#_Toc135758129)

[CONCLUSÃO 15](#_Toc135758130)

[REFERÊNCIAS 16](#_Toc135758131)

**A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL E O AMPARO DO ESTADO DE DIREITO**

# RESUMO

O estudo buscou explicar de forma didática o que é a violência sexual contra crianças e adolescentes trazendo dados e estatísticas, e percorreu no âmbito legislativo a fim de expor as leis e órgãos competentes e sua função ao combate dessa violência, tendo dado destaque ao ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente. A metodologia utilizada no trabalho foi a pesquisa bibliográfica e documental a fim de discutir o assunto proposto.

A conclusão demonstrou a importância do envolvimento do Estado no papel de defesa e amparo para que os jovens vítimas dessa violência, além, de ser indispensável a contribuição da sociedade para que as crianças e os adolescentes posam se desenvolver em um ambiente seguro.

**Palavra-chave:** crianças e adolescentes, violência sexual, combate, ECA.

# ABSTRACT

*The study sought to explain in a didactic way what sexual violence against children and adolescents is, bringing data and statistics, and covered the legislative scope in order to expose the laws and competent bodies and their role in combating this violence, highlighting the ECA, Child and Adolescent Statute. The methodology used in the work was bibliographical and documentary research in order to discuss the proposed subject.*

*The conclusion demonstrated the importance of the State's involvement in the role of defense and support for young victims of this violence, in addition to being essential for society's contribution so that children and adolescents can develop in a safe environment.*

***Keywords:*** *children and adolescents, sexual violence, combat, ECA.*

# INTRODUÇÃO

As crianças e adolescentes são alvos mais fáceis de sofrerem alguma violência sexual, independentemente das características físicas e classes socias, detêm diferentes formas e tipos de abusos, para os quais, há penalidades para cada um, sendo assertiva a busca pela proteção e prevenção.

O Estatuto da Criança e do Adolescente tem papel fundamental para a descrição dos direitos desses seres e proteção junto aos outros órgãos governamentais e instituições de cada estado e municípios como o Conselho Tutelar que tem uma grande função ao melhor interesse da criança e adolescente.

Junto a sociedade como um todo deve se trabalhar para garantir os direitos fundamentas desses jovens prescrito na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente para que possam crescer em um ambiente saudável, com direito à educação, saúde, dignidade e liberdade.

# 1. OS ABUSOS SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

# 1.1 CONCEITO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

A violência sexual se apresenta em diferentes moldes e classificações e podem ocorrer independente do gênero, sexo, sexualidade, idade e condição social, a OMS (Organização Mundial da Saúde) disserta o que é a violência sexual:

“qualquer ação na qual uma pessoa, valendo-se de sua posição de poder e fazendo uso de força física, coerção, intimidação ou influência psicológica, com uso ou não de armas ou drogas, obriga outra pessoa, de qualquer sexo e idade, a ter, presenciar ou participar de alguma maneira de interações sexuais, ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, com fins de lucro, vingança ou outra intenção”. (OMS, 2012)

# 1.2.1 ESTUDOS SOBRE AS CAUSAS DE ABUSOS SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS/ADOLESCENTES NO BRASIL

Por ser um assunto delicado, as vítimas dessa violência que mais sofrem são as crianças e os adolescentes por estarem em uma esfera de pouco poder social onde não há visibilidade e abertura para prevenção e denúncia. O boletim epidemiológico da Secretária de Vigilância em Saúde constata:

“As violências contra crianças e adolescentes são consideradas problemas de saúde pública e violação dos direitos humanos, e geram graves consequências nos âmbitos individual e social.1,2 As violências sexuais contra essa população afetam meninas e meninos e muitas vezes ocorrem nos espaços doméstico, familiar e escolar, o que não garante visibilidade na esfera pública e dificulta o acesso aos serviços de saúde.” (2018, p.1)

A violência sexual contra as crianças e adolescentes ocorre por fatores sociais e culturais fundadas no conservadorismo os quais possibilitam e facilitam essas ocorrências.

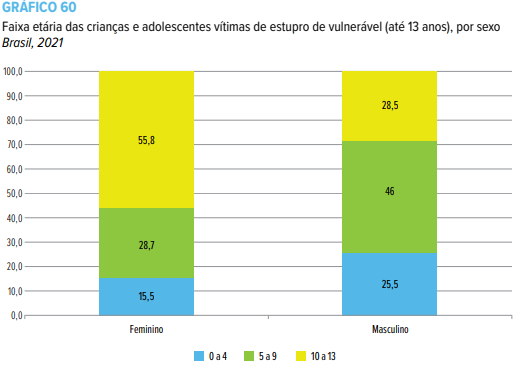
A Cartilha de Prevenção e Combate á Violência Sexual contra crianças e adolescentes do governo do Ceará evidencia essa cultura e os poderes que os adultos possuem sobre os mais jovens.

“O modelo machista e patriarcal estabelecido na sociedade brasileira favorece tanto as práticas do abuso como da exploração sexual contra crianças e adolescentes. Essa inaceitável prática decorre, via de regra, das relações de poder que se articulam pela dominação política, cultural e econômica do adulto sobre a criança, de quem tem mais sobre quem tem menos, das maiorias sobre as minorias, do masculino sobre o feminino, promovendo, de forma perversa, a violação dos direitos humanos.” (2010, p. 9)

# 1.2.2 GRÁFICOS E ESTÁTISTICAS

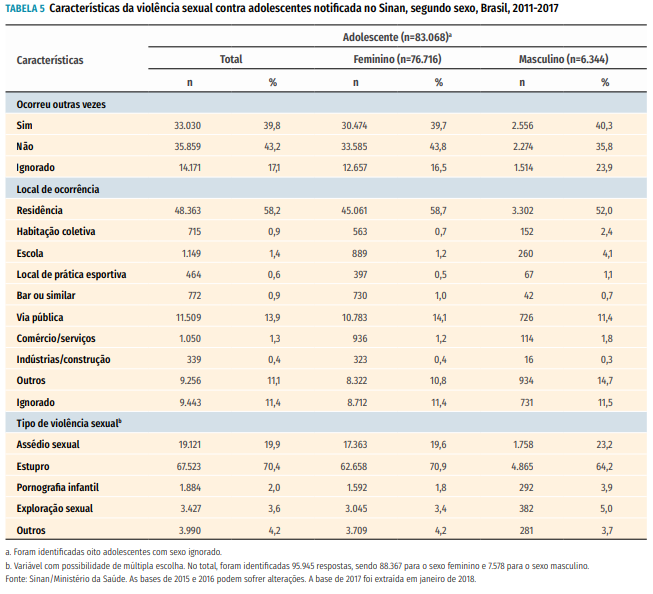
No Brasil, a maioria das vítimas são meninas. Como Termer fala:

“Em relação ao sexo da vítima, 85,5% são meninas, mas meninos também são vítimas. Interessante aqui observar que o número de registros aumenta conforme a menina vai crescendo, já no caso dos meninos, o número de registros aumenta até os 6 anos (com pico entre 4 e 6) e depois começa um processo de queda. Penso aqui em duas hipóteses: a primeira é de que, em um país machista como o nosso, os meninos vão sendo mais respeitados conforme crescem e deixam de ser objeto desta violência; a segunda é de que, justamente por sermos um país machista, os meninos, por constrangimento, denunciam ainda menos que as meninas as violências sexuais que sofrem.” (2022, p. 5)



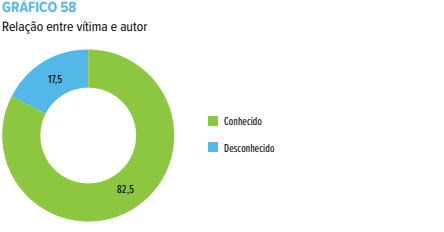
Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal / NAT / MPAC; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais - COINE/RN; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Existem diferentes tipos de violências sexuais como o assédio, estupro, exploração sexual, pornografia infantil, mas o maior indíce de violência é o estupro alcançando em sua totalidade 67.523% dos casos.



Fonte: Sinan/Ministério da Saúde

O autor dos abusos em 82,5% dos casos é alguém conhecido, tornando assim os abusos mais fáceis de acontecerem.



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal / NAT / MPAC; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais - COINE/RN; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

# 2. DA PREVISÃO LEGAL CONTRA A VIOLÊNCIA SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

# 2.1 LEGISLAÇÃO PERTINENTE

O Brasil possui previsto em sua legislação, de modo geral, os direitos das crianças e dos adolescentes, explicando o que é a violência a sexual contra esse grupo e suas váriadas formas, caracterizado como crime e prevendo a devida punição para quem comete o ato ilicito.

O art. 227 da Constituição Federal de 1.988 estabelece as necessidades e deveres da criança e do adolescente, sendo dever da sociedade como um todo contribuir para tal equilíbrio:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

É interessante destacar que os direitos desse grupo é algo relativamente recente, pois, o principal ordenamento jurídico prevendo a proteção desses indivíduos, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) só foi publicado em 13 de julho de 1990, [Lei 8.069](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm).

O ECA é o conjunto de leis que garante os direitos e deveres das crianças e dos adolescentes e nele está disposto em seus art.igos 4 e 5:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Na lei, os direitos são descritos de forma pontual, a maneira ideal como deve ser tratado um ser humano. Mas está sendo ferido o direito da dignidade e liberdade das crianças e adolescentes pois muitos estão sendo expostas as violências sexuais de acordo com os dados apresentados. O art. 18 do ECA, cita que “é dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.”

Os crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes têm penalidades conforme o tipo de abuso praticado. A Constituição Federal declara em seu §4 do artigo 227: “§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.”

Vale dizer que estão presentes no Código Penal Brasileiro, inclusive no próprio ECA outras penalidades para cada tipo de abuso sexual existe uma penalidade diferente e também qualificações que aumentam a pena.

Como o estupro é a prática mais comum da violência sexual, vale destacar o artigo 217-A do Código Penal:

**Art. 217**-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

# 3 INSTITUTOS GOVERNAMENTAIS DE COMBATE À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

# 3.1 FUNCIONAMENTO DOS ORGÃOS GOVERNAMENTAIS

Além da legislação, são necessárias outras entidades para auxiliar na proteção, prevenção e combate. Uma delas é o Conselho Tutelar que tem como função proteger os interesses do menor quando violados seus direitos.

As funções do Conselho Tutelar estão descritas no art. 136 do ECA, sendo valido ressaltar os incisos I, II e III desse artigo:

**Art. 136.** São atribuições do Conselho Tutelar:

**I** - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

**II** - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

**III** - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

**a)** requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

**b)** representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

Os municípios do Brasil contêm pelo menos um Conselho Tutelar que além de receber denúncias, os conselheiros decidem qual atitude tomar perante o adolescente e/ou criança que está tendo seu direito ferido, e, no caso de abuso sexual, o Conselho denúncia à polícia, além de fazer o acolhimento do jovem.

Pode haver a denúncia presencialmente no órgão ou através dos números disque 100 ou 180.

Martins (2017) nos mostra que o Conselho Tutelar sempre interage com outras entidades:

Outra característica do Conselho Tutelar é sua interface com os demais órgãos e instituições públicas e privadas, como, por exemplo, o Ministério Público, o Poder Judiciário, as Escolas, as Delegacias e Hospitais, buscando, de forma ativa, eficaz e com urgência, o cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes.

O Conselho Tutelar é, ainda, um facilitador na elaboração de Políticas Públicas, por meio das demandas detectadas mediante a constatação da violação dos direitos de crianças e adolescentes. Portanto, age diretamente na proposição e no acompanhamento de políticas públicas e legislação junto aos Conselhos dos Direitos Municipais e Estaduais, junto ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo.

# 3.2 OUTROS PROJETOS LEGISLATIVOS PARA O COMBATE

No dia 17 de maio de 2000, foi instaurada a Lei Nº 9.970 que declara como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e sempre nesta data acontecem mais campanhas de prevenção e combate.

A [Lei Nº 14.432, de 3 de agosto de 2022](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2014.432-2022?OpenDocument), complementa a anterior, sendo declarado Maio Laranja em todo o território brasileiro no intuito de ações efetivas de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Art. 1º Esta Lei institui a campanha Maio Laranja, a ser realizada no mês de maio de cada ano, em todo o território nacional, com a efetivação de ações relacionadas ao combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, nos termos de regulamento.

Art. 2ºDurante a campanha Maio Laranja serão realizadas atividades para conscientização sobre o combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Parágrafo único. A critério dos gestores, devem ser desenvolvidas as seguintes atividades durante a campanha Maio Laranja, entre outras:

I – iluminação de prédios públicos com luzes de cor laranja;

II – promoção de palestras, eventos e atividades educativas;

III – veiculação de campanhas de mídia e disponibilização à população de informações em **banners**, em **folders** e em outros materiais ilustrativos e exemplificativos sobre a prevenção e o combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, que contemplem a generalidade do tema.

Em 2017 foi criada a lei n. 13.431 em 4 de abril garantindo uma proteção aos jovens vítimas de violência no geral. O artigo 1 dessa lei já deixa clara a intenção:

Art. 1º Esta Lei normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, cria mecanismos para prevenir e coibir a violência, nos termos do [art. 227 da Constituição Federal](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art227), da Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos adicionais, da Resolução nº 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e de outros diplomas internacionais, e estabelece medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência.

E, em seu parágrafo único cita:

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios desenvolverão políticas integradas e coordenadas que visem a garantir os direitos humanos da criança e do adolescente no âmbito das relações domésticas, familiares e sociais, para resguardá-los de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, abuso, crueldade e opressão.

Essa lei 13.431/17 é muito importante pois criou o SGDCA (Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente) abrangendo vários tipos de violência, inclusive a sexual.

Além de estar previsto a escuta especializada e o depoimento especial, que são formas de amparar a criança a fim de se obter o melhor sem causar mais danos a vítima.

Art. 7º Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.

Art. 8º Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.

# CONCLUSÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma forma muito cruel de atentar contra um indivíduo que por sua vez não detém defesas para ao menos tentar evitar o ato ilícito além de encontrar dificuldades para denunciar, já que em razão da idade, na maioria das ocasiões, não tem voz ativa nem tampouco desenvolvimento emocional formado para entender, identificar e relatar a violência sofrida.

Os abusos, por serem na maioria das vezes praticados por conhecidos e no ambiente doméstico, dificultam o conhecimento da situação aos órgãos e entidades competentes, sendo necessária a constante busca pelo combate.

Depois do período da ditadura foi estabelecida a Constituição Federal de 1988, com a ideia de trazer direitos, deveres e mais liberdade aos cidadãos e logo após em 1990 surgiu o ECA, o conjunto importantíssimo de leis para a proteção das crianças e adolescentes. Junto dessa legislação veio o Conselho Tutelar como uma forma física de proteger os jovens conforme estabelece a constituição e o ECA junto a polícia e o âmbito jurídico.

Resta necessária a constante luta e prevenção dessa violência que atinge muitas crianças e adolescentes, os quais, precisam da proteção das entidades de defesa. Por serem expostos à tamanha violência podem ter dificuldades para se tornarem indivíduos funcionais e livres de traumas e estigmas e conviver em harmonia na sociedade.

É imprescritível que a sociedade como um todo se conscientize e observe os jovens nos ambientes escolares, domésticos e públicos para evitar tal situação, incentivando e facilitando meios de denunciar e amparar a criança e adolescente da melhor maneira possível. Vale dizer que é impossível falar do assunto ora exposto, sem a presença integrada da sociedade junto as corporações.

# REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Penal.** <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acessado em 20 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil DE 1.988.** Disponívelem:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em 20 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Lei n. [13.431, de 4 de abril de 2017**.**](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.431-2017?OpenDocument) **Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm>. Acessado em 31 de março de 2023.

BRASIL. Lei n. 14.432 de 3 de agosto de 2022. **Institui a campanha Maio Laranja, a ser realizada no mês de maio de cada ano, em todo o território nacional, com ações efetivas de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2019-2022/2022/lei/L14432.htm. Acessado em 31 de março de 2023.

BRASIL. Lei n. 8.069, 13 julho. 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l8069.htm. Acessado em 20 de fevereiro de 2023.

BUENO Samira; LIMA Renato Sérgio de. **Violência sexual infantil, os dados estão aqui, para quem quiser ver. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022.** Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/14-anuario-2022-violencia-sexual-infantil-os-dados-estao-aqui-para-quem-quiser-ver.pdf> acessado em 27 de novembro de 2022.

ELLERY Celina; GADELHA Graça. **Como identificar, prevenir e combater a Violência Sexual contra crianças e adolescentes.** Disponível em: <https://www.iepro.org.br/wpcontent/uploads/2017/08/violencia_sexual_12_07_2010.pdf> acessado em 20 de novembro de 2022.

MARTINS, Áurea. **O Conselho Tutelar e sua importância como agente público no zelo aos direitos infantojuvenis**, 2017. Disponível em: <https://www.oabpr.org.br/artigo-o-conselho-tutelar-e-sua-importancia-como-agente-publico-no-zelo-aos-direitos-infantojuvenis/>.Acessado em 25 de fevereiro de 2023.

Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico 27: **Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017.** Brasília (DF): v. 49, n. 27. 2018. Disponível em: https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/boletim-epidemiologico-no-27/. acessado em 20 de novembro de 2022.

OMS. **Violência sexual**. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/violencia-sexual> acessado em 20 de novembro de 2022.

Unicef, Fórum Brasileiro de Segurança Pública **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.** Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf acessado em 20 de novembro de 2022.